



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

Responder ao alargamento das áreas marítimas e colmatar a falta de recursos humanos na alfândega

No dia 16 deste mês, foi publicado pelo Governo da RAEM o «Mapa da Divisão Administrativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (projecto)», aprovado pelo Conselho de Estado, clarificando os 85 km² de áreas marítimas e as novas delimitações terrestres sob jurisdição de Macau. A política entrou em vigor no dia do aniversário da RAEM e vai revestir-se de grande importância na promoção do desenvolvimento duradouro de Macau.

Porém, face ao alargamento repentino da área sob jurisdição, para manter uma administração eficaz, é urgente reforçar os recursos humanos e equipamentos, bem como as respectivas leis e regulamentos. Actualmente, a gestão das áreas marítimas cabe à Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAM) e aos Serviços de Alfândega (SA), cujo quadro de pessoal foi definido em função das necessidades antigas, apesar de a DSAM ter anunciado que vai proceder à alteração da sua lei orgânica e ao necessário ajustamento e alargamento do quadro. Os SA, por seu lado, são responsáveis pelo policiamento, segurança, investigação de crimes de contrabando e combate à imigração ilegal nas áreas marítimas. De acordo com as autoridades alfandegárias, com os 1600 funcionários do quadro, entre



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

os quais cerca de 1100 são verificadores alfandegários¹, é de esperar que não sejam capazes de responder às necessidades. Em meados deste mês, foram transferidos 37 funcionários (da categoria de verificador à de subinspector alfandegário) para o Departamento de Inspeção Marítima, no sentido de reforçar os trabalhos da frota de policiamento marítimo, aumentando, desta forma, o número de trabalhadores dos SA nesta área para 190 pessoas².

Mesmo que a falta de recursos humanos tenha sido resolvida com a transferência de trabalhadores, a longo prazo, é necessário racionalizar o quadro de pessoal e aperfeiçoar os respectivos regimes, por forma a reter os talentos e levantar o seu moral. Durante o debate sobre as LAG da área da Segurança, o subdirector-geral dos SA admitiu a falta de pessoal, a necessidade de revisão do regime de acesso e a pretensão de reforçar o quadro através de recrutamento. Por isso, perante as novas oportunidades e novos desafios acarretados pelas novas áreas marítimas, os SA têm um trabalho árduo e um longo caminho a percorrer.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta que os 1600 lugares do quadro de pessoal dos SA ainda não estão totalmente preenchidos, como é que o Governo vai aperfeiçoar o regime de carreira, por forma a atrair, recrutar e reter funcionários alfandegários, colmatando a falta de pessoal? Como vai proceder à contratação de forma ordenada?

¹ Discurso proferido pela deputada Wong Kit Cheng no debate das LAG da área da Segurança, 1 de Dezembro de 2015.

² «Preparadas as disposições do policiamento e gestão das áreas marítimas», Jornal do Cidadão, página 3, 17 de Dezembro.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Os trabalhos alfandegários vão tornar-se mais complexos e mais exigentes em termos técnicos e profissionais. No entanto, a Escola Superior das Forças de Segurança, onde são instruídos os formandos dos SA, tem falta de espaço. Como é que o Governo vai melhorar a formação dos formandos e dos funcionários efectivos dos SA, por forma a garantir a sua capacidade para a realização dos trabalhos?
3. Quando é que o Governo vai proceder à revisão do regime de acesso, apelidado como «regime eliminatório» e «regime de exame imperial» pelos alfandegários? Como vai aperfeiçoar este regime para proporcionar mais oportunidades de mobilidade ascendente e levantar o moral?

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**

23 de Dezembro de 2015